



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007095-47.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ANA CAROLINA MENDES GIANGROSSI**
 Requerido: **Triangulo do Sol Auto Estradas SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ju Hyeon Lee**

Vistos.

O relatório encontra-se dispensado em face do disposto no artigo 38 da Lei 9.099/95. Outrossim, o caso comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC).

Passo a decidir.

Preliminarmente, a alegação de inépcia da petição inicial não merece prosperar, pois a autora juntou todas as provas ao seu alcance para a propositura da presente demanda. Outrossim, a análise da existência de prova para o acolhimento do pedido consiste em matéria de mérito.

Em relação à ilegitimidade passiva da concessionária, o argumento também não deve ser acolhido, haja vista que a ré possui a concessão da administração da rodovia em que ocorreu o acidente envolvendo a autora. Ademais, a análise da responsabilidade civil da ré consiste em matéria de mérito.

No tocante ao mérito, consoante o disposto no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, em regra, as concessionárias de serviço público possuem responsabilidade civil objetiva pelos danos causados. No mesmo sentido dispõem os artigos 6º, 14 e 22 do Código de Defesa do Consumidor.

Por outro lado, a doutrina de Celso Antonio Bandeira de Mello e a jurisprudência dos tribunais superiores, adotando a teoria francesa da falta do serviço, no caso de condutas omissivas, entendem que a responsabilidade civil será subjetiva, devendo a parte interessada demonstrar que o serviço existe, mas não funcionou, funcional mal ou funcionou tardiamente.

No caso em questão, o acidente automobilístico envolvendo a autora foi causado em razão da travessia de um cavalo na rodovia Washington Luís, administrada pela empresa ré.

A prova testemunhal relata que, chegando ao local, as partes envolvidas no acidente afirmaram que um cavalo foi responsável pela causa do acidente, uma vez que impossibilitou a freada da autora para evitar a colisão em outro veículo.

Assim, fica evidente a conduta omissiva da concessionária em impedir que os animais transitem pela rodovia, o que configura um serviço que existe, mas funcionou mal. A concessionária tem o dever de zelar para o tráfego seguro dos veículos sem a existência de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

obstáculos.

Nesse contexto, é mister esclarecer que o entendimento acima encontra respaldo na jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, bem como do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, quanto ao valor da indenização, a autora juntou aos autos três orçamentos para o conserto do seu veículo, elegendo o de menor valor (R\$ 1.365,00/mil, trezentos e sessenta e cinco reais), comprovando o dano sofrido.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido da autora, com fulcro no artigo 269, inciso I, do CPC, para condenar a empresa ré ao pagamento no valor de R\$ 1.365,00 (mil, trezentos e sessenta e cinco reais), com correção monetária e juros legais a partir da data do acidente. Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios com base no artigo 55, *caput*, da Lei 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**